

Tendências e novos riscos para geração eólica

NEVES, Livia. "Entrevista com Herbert Nascimento (K2 Management): 'Tendências e novos riscos para geração eólica'". *Brasil Energia*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2018.

Vida útil de projetos estendida até 30 anos, pagamento adicional condicionado ao desempenho das usinas, análises mais detalhadas e ganhos de escala são algumas das principais tendências observadas em projetos eólicos ao redor do mundo, avalia a consultoria K2 Management. A empresa lançou, recentemente, um relatório analisando essas estratégias, adotadas para diminuir as incertezas e gerar mais valor para projetos.

A extensão da vida útil das usinas, por exemplo, é aposta para otimizar o custo nivelado de energia (LCoE, na sigla em inglês) diante de um novo mercado que começa a tomar forma, com poucos subsídios. A opção foi considerada por um quarto dos projetos avaliados pela consultoria entre 2016 e 2017. Por outro lado, a estratégia pode gerar custos ou atrasos adicionais durante o desenvolvimento, licitação ou construção. Esse risco pode ser mitigado com a avaliação de cargas associadas às condições do site, além da certificação das máquinas, e uma definição adequada da estratégia de operação e manutenção.

Já o pagamento condicionado ao desempenho, tanto em operações de aquisição de projetos já operacionais quanto na compra da energia, aplica-se especialmente a projetos com complexidade adicional, como os que se encontram em áreas onde o recurso eólico é difícil de prever, ou para os quais turbinas eólicas novas no mercado, sem desempenho comprovado, são consideradas.

Nesta entrevista, o diretor regional da consultoria para a América Latina, Herbert Nascimento, comenta sobre riscos percebidos especificamente para o setor eólico no Brasil. O resumo do relatório pode ser lido aqui.

Uma das principais conclusões do relatório é o de que os projetos estão contando com uma vida útil mais longa. No Brasil, os altos fatores de capacidade dos parques em operação, considerados acima da média global, levantam a preocupação de que as máquinas se desgastem mais rápido do que em outros mercados. O senhor acredita que os desenvolvedores têm levado esse risco de desgaste em conta? Como seria possível mitigá-los?

Na verdade, apesar de termos no Brasil altos fatores de capacidade, o regime de ventos, principalmente no Nordeste, é muito estável, sem apresentação de rajadas. Sendo assim, normalmente, os fabricantes efetuam um estudo aprofundado da atuação das cargas dinâmicas na máquina e apresentam esses relatórios, garantindo que o desgaste delas será normal conforme o projeto. Além do mais, nos estudos e planejamentos da extensão da vida útil, se prevê revisão ou troca de alguns componentes chaves para a performance/funcionamento adequado dos aerogeradores ser estendida além dos 20 anos de vida útil.

Existe uma aposta em modelos de aerogeradores com potências nominais maiores, acima de 4 MW. Há um ganho na geração de energia, mas os fabricantes ainda precisam adaptar a cadeia produtiva, que andou enfraquecida após o hiato de contratação, para fornecer as peças para os novos modelos. Isso pode ser

considerado um risco para novos projetos?

É um ponto importante que está sendo discutido no momento e creio que se encontrará um caminho em breve para que uma política de conteúdo nacional possa ser mantida, sem prejuízos a essa evolução sem volta, da potência dos aerogeradores. Os avanços tecnológicos irão continuar, pois nada é permanente, a não ser as mudanças, então, as políticas para manter financiabilidade dos projetos terá que se adaptar.

Outra tendência que temos observado é que os empreendedores estão apostando em comercializar uma boa parte da energia dos parques no mercado livre. Quais análises precisam ser feitas para tornar essa iniciativa menos arriscada?

Na minha opinião, o grande risco está ligado à garantia de conexão no “grid” do SIN. A estratégia dos desenvolvedores tem sido um mix de venda de energia nos leilões para garantir a conexão e parte no mercado livre, com preços de venda de energia melhores que os das disputas em leilões do ACR, equacionando projetos com uma taxa interna de retorno razoavelmente atrativa aos investidores.

Quais são os novos riscos que surgiram e quais já foram bem equacionados desde o desenvolvimento das primeiras usinas eólicas no Brasil?

Entendo que a política de conteúdo nacional foi muito bem sucedida no Brasil, pois equacionou o maior risco, que seria não ter financiamento disponível, e ainda gerou uma cadeia de fornecedores com geração de milhares de empregos. Quando se olha para a América Latina, vemos o Brasil liderando a capacidade eólica instalada com mais de 13 GW e de longe vem o México, Uruguai, Chile e Argentina, que somados não alcançam nosso número. Os riscos continuarão sendo não conseguirmos manter a mesma taxa de crescimento da construção de linhas de transmissão que garanta o ritmo de expansão da indústria eólica e solar. Outra questão está atrelada à sedimentação das políticas de financiamento do BNDES e BNB para garantir o financiamento de projetos no mercado livre.

Herbert Nascimento é Diretor Administrativo da consultoria K2 Management. Com pós-graduação em Engenharia da Produção pela UNIFEI, trabalhou como Gestor da cadeia de produção da Embraer entre 1999-2011 e como Diretor de Energia Eólica da Alstom Power entre 2011-2014. Antes de assumir o cargo atual, desempenhava a função de Consultor Sênior de Eólicas dentro da K2.